



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E SEIS**

-----Aos vinte e nove dias do mês de Setembro de dois mil e seis, no auditório do edifício dos Paços do Concelho, Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão ordinária, a fim de tratar dos assuntos constantes na ordem de trabalhos, como sendo:

UM: Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, acerca da actividade municipal, nos termos da alínea e) do numero um do artigo cinquenta e três da Lei cento e sessenta e nove, barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco traço A barra dois mil e dois de onze de Janeiro de dois mil e dois, conjugado com o estipulado na alínea e) do numero um, com a previsão do numero nove do artigo quarto nos termos do artigo vinte e dois do Regimento desta Assembleia Municipal.

DOIS: Análise e avaliação da situação actual do Tribunal da Comarca de Almeirim, com vista a uma eventual tomada de posição nos termos da o) do numero um do artigo cinquenta e três da Lei numero cento e sessenta e nove, barra noventa e nove de dezoito de Setembro republicada em anexo à Lei numero cinco, traço A barra dois mil e dois de onze de Janeiro conjugado com a p) do numero um artigo quarto do Regimento como contributo para que este “*importante serviço público*” esteja realmente ao serviço da população de Almeirim.

TRÊS: Análise, avaliação da actual situação da “Revisão do Plano Director Municipal de Almeirim” nos termos da q) do numero um do artigo cinquenta e três da Lei numero cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro republicada em anexo à Lei numero cinco, traço A barra dois mil e dois de onze de Janeiro conjugado com a p) do numero um artigo quarto do Regimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

QUATRO: Apreciação do pedido para contratar novo empréstimo bancário no corrente ano no valor de cento e cinquenta e um mil oitocentos e vinte e três euros ao abrigo do rateio realizado pela DGAL.

CINCO: Apreciação da proposta para aprovação definitiva do Regulamento para Concessão de Bolsas de Estudo depois de decorrido o período de apreciação pública sem que tivessem surgido propostas de alteração.

SEIS: Apreciação do pedido formulado pela EP – Estradas de Portugal, para atribuição de uma Declaração de Interesse Público ao Projecto de Reabilitação e Reforço Estrutural da Ponte Metálica da Raposa,

SETE: Apreciação da Proposta de Minuta de Protocolo Financeiro e de Cooperação entre a Câmara de Almeirim, Banco Espírito Santo, Sociedade de Garantia Mútua, NERSANT e o IAPMEI – chamado Valtejo Finicia – tendente a estimular o investimento no Concelho de Almeirim.

OITO: Apreciação, discussão e votação da proposta de aprovação final à alteração do “regulamento de edificação e construção do concelho” entretanto publicado no Diário da República de dezoito de Maio e que durante trinta dias de apreciação pública não recebeu qualquer proposta de alteração.

NOVE: Discussão análise e eventual tomada de posição sobre a “ Proposta de Lei de Finanças Locais, documentos da Associação de Municípios Portugueses, nos termos da alínea o) numero um do artigo cinquenta e três da Lei numero cento e sessenta e nove, barra noventa e nove de dezoito de Setembro republicada em anexo à Lei numero cinco, traço A barra dois mil e dois de onze de Janeiro conjugado com a n) do numero um artigo quarto do Regimento, após cumprimento do estipulado no numero três do artigo vigésimo quinto do Regimento, conjugado com o artigo oitenta e três da Lei



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

numero cento e sessenta e nove, barra noventa e nove de dezoito de Setembro republicada em anexo à Lei numero cinco traço A barra dois mil e dois de onze de Janeiro.

DEZ: Apreciação do pedido de declaração de interesse municipal formulado pela empresa NOVOPCA – Construtores Associados SA na sequência da adjudicação da empreitada de “ Reabilitação e Reforço da Ponte D.Luis I “, após cumprimento do estipulado no numero três do artigo vigésimo quinto do Regimento, conjugado com o artigo oitenta e três da Lei numero cento e sessenta e nove, barra noventa e nove de dezoito de Setembro republicada em anexo à Lei numero cinco, traço A barra dois mil e dois de onze de Janeiro

Sendo vinte e uma horas e quarenta e três minutos, o senhor Presidente deu por aberta a sessão, encontrando-se todos os membros presentes.

Informou ainda que a presente sessão iria ser conduzida com base no Regimento e ter um início, de uma maneira diferente. Começando por distribuir as insígnias da medalha de ouro da cidade de Almeirim, que foram atribuídas à Banda Marcial de Almeirim, e ao Rancho da Casa do Povo de Almeirim.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Vamos iniciar a nossa Assembleia.

De acordo com o nosso regimento, vamos por à votação a acta da reunião que foi distribuída atempadamente a todos os membros da Assembleia.

Acta da reunião de trinta de Junho de dois mil e seis.

Sobre essa acta, algum membro da assembleia quer intervir? -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD)»» Boa noite a todos. Acho que a coisa correu bastante bem no que toca a esta acta, foram feitos alguns ajustamentos em relação a esta acta, em relação ao texto, mas no entanto ocorreu uma coisa que eu gostava de deixar aqui a título de sugestão, já depois de ter dado o meu “OK” em relação à acta.

Foi-me feito um comentário por uma pessoa, que seria benéfico, que de futuro nas actas começasse a aparecer o nome do grupo parlamentar em frente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

aos deputados. É uma coisa que para nós não nos faz falta, mas para as outras pessoas, talvez seja importante. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» A sugestão vai ser acolhida certamente, se não houver oposição de ninguém.-----

PERIODO ANTES-DA-ORDEM-DO-DIA

Votação da Acta do dia trinta de Junho de dois mil e seis: Aprovada por maioria com 4 abstenções, três da CDU e uma do grupo do PS.

DECLARAÇÃO DE VOTO

RUI PAULO (Grupo do PS)»» A minha abstenção tem a ver com o facto de não ter estado presente nessa sessão. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO

JOSÉ ALFAIATE (Grupo da CDU)»» A minha abstenção é pela mesma razão do colega da bancada do PS, Rui Paulo. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO

INÊS CRUZ (Grupo da CDU)»» A minha abstenção é pela mesma razão do meu colega de bancada, José Alfaiate.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Para os assuntos de interesse local, quero chamar à atenção dos Senhores Deputados, para os tempos que cada um tem.

Vou pedir aos grupos que utilizem o tempo da melhor maneira, neste ponto da Ordem de Trabalhos, de modo que ela possa corresponder aquilo que desejam.

MOÇÃO

Considerando a forte dependência em termos energéticos Portugueses do gás natural e do petróleo, que são mais de oitenta por cento das matérias-primas utilizadas na produção de energia.

Considerando as crescentes preocupações ambientais e a escassez destes recursos, que por esse motivo têm aumentado muito o seu preço nos últimos anos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Considerando que Portugal excede as licenças atribuídas para a emissão de CO₂, devido em grande parte a poluentes como as centrais termoeléctricas.

Considerando que o custo base de um sistema solar para uma habitação unifamiliar (duas pessoas) é de mil setecentos e cinquenta euros, dependendo da sua dimensão e da facilidade de instalação que, por sua vez, depende de diversos factores, nomeadamente do número de utilizadores, do nível de consumos, do tipo de utilização, da intensidade e disponibilidade da radiação solar no local, etc.

Considerando que com a economia de energia proporcionada pelo aquecimento solar, tem-se tipicamente o retorno do dinheiro investido no equipamento entre seis e oito anos.

Considerando a excelente exposição solar do território Português, sendo as zonas do Algarve, Alentejo e sul da Lezíria do Tejo as que têm mais exposição solar em toda a Europa, igualladas com partes de Espanha, Grécia e Sicília.

Considerando que um sistema solar térmico permite poupar sessenta por cento a setenta e cinco por cento dos custos para preparar a água quente, pois existe uma maior disponibilidade solar no Verão e menor disponibilidade no Inverno, sendo tipicamente os sistemas dimensionado para satisfazer as necessidades de água quente a cem por cento no período de Verão (três a quatro meses), não as satisfazendo totalmente no período de Inverno.

Considerando que nos dias de céu nublado, é necessário recorrer a uma forma de energia convencional que sirva de apoio porque a energia solar não é suficiente. Sendo o apoio possível: uma resistência eléctrica na parte superior do depósito solar; uma caldeira que activada por um termóstato; ou um esquentador a funcionar em paralelo ou em série com o depósito solar.

Considerando que um sistema solar térmico que satisfaça em cem por cento as necessidades de água quente em todo o ano, conduziria a um sistema solar com uma muito maior área de captação (maior custo), em que nos períodos de Verão seria desperdiçada muita energia captada que não seria aproveitada, em virtude de esta exceder as necessidades de consumo.

Considerando que no mercado Europeu Portugal apenas tem duzentos e trinta e um mil m² sendo a Alemanha o País onde existe o maior mercado a nível europeu, com mais de quatro milhões de m² de colectores instalados apesar de o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

recurso solar ser muito inferior ao nosso (pouco mais de metade em termos médios anuais). A Grécia, um país semelhante a Portugal em termos económicos, energéticos e populacionais, tem um mercado interno anual cerca de catorze vezes superior ao nosso, aproximando-se dos três milhões de m² de colectores instalados. Neste campo Portugal é até ultrapassado por Países como a Áustria, Dinamarca e Suíça, com dois milhões de m², trezentos e cinquenta mil m² e trezentos mil m², respectivamente.

O Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Almeirim recomenda que nas próximas revisões de regulamentos urbanísticos, quer sejam Concelhios, como o PDM, quer sejam localizados, como um plano urbanístico ou de pormenor, seja contemplada a obrigatoriedade da instalação de um sistema solar térmico em todas as moradias e todos os prédios, desde que tecnicamente seja possível o acesso a esta fonte de energia a todos os condóminos.

Atrevemo-nos a afirmar que todos ganharemos, se a presente proposta for tomada em consideração e aplicada.

Almeirim, vinte e nove de Setembro de dois mil e seis, O Grupo Parlamentar do PPD/ PSD-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Eu pedia aos deputados municipais para se inscreverem neste ponto, senão eu dou por encerrado o ponto. Lembro que este ponto abrange assunto de interesse local e que estão abertas as inscrições para nele intervirem.-----

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP) »» Em relação aos assuntos de interesse local vou dizer que não se poderá enquadrar propriamente em assunto de interesse local, se bem que eu consigo perceber o Regimento da Assembleia. No período antes da Ordem do Dia, para além da apreciação das actas e da leitura do expediente, podem ainda ser abordados os seguintes temas:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Assuntos de interesse local, perguntas dirigidas à Câmara, que é o que eu tenho para fazer neste momento, votos de louvor, congratulação, saudação, protestam ou pesar, moções e recomendações e sua votação.

Em primeiro lugar, queria deixar aqui uma palavra de apreço e simpatia, pelo funcionário desta Assembleia, José David, que nos deixou na última sessão. Privei pouco com ele, mas em qualquer dos casos, no que me diz respeito, um funcionário exemplar, tudo o que precisei foi-me concedido, dentro das suas atribuições. Uma palavra amiga e de apreço para o José David, e desejo também endossar os maiores sucessos ao funcionário que agora o sucede.

Quero registar que na última Assembleia Municipal foi-me entregue um documento que eu só posteriormente é que tive oportunidade de lhe dar uma vista de olhos, e suponho eu que terá sido o senhor Presidente da Câmara que pediu para ser distribuído, sobre algo que se tinha passado na CULT, registo com agrado ter-me feito chegado essa informação, sem comentários sobre a informação, se é muita, se é pouca ou assim, é em princípio uma informação que eu registo com agrado.

Relativamente às perguntas dirigidas à Câmara, eu tenho como entrada uma série de requerimentos durante praticamente um ano que levo de Assembleia Municipal, entreguei até à data oito requerimentos, tenho cinco respondidos pela Câmara, e tenho três por responder.

Não tenho pressionado, porque compreendo que isto, a maior parte de vocês, e como eu não sou a única a meter requerimentos e a fazer pedidos, que às vezes é muito complicado estar-se a dar respostas. Até porque o Senhor Presidente da Câmara tem que dar satisfação a outras coisas, que não exclusivamente aqui ao trabalho da Câmara. Neste momento aguardo por fotocópia do Regulamento em vigor desde que eu não estou cá. Já fiz um primeiro pedido, o Senhor Presidente da Câmara respondeu-me a dizer que todos os regulamentos foram aprovados por esta Assembleia. Pois todos aqueles que foram aprovados desde que eu cá estou, eu têm, os outros para trás são que não. E nem de propósito um dos regulamentos que me falta, é o regulamento de atribuição de medalhas, que é uma coisa que eu me tenho batalhado há já algum tempo e quero, aqui publicamente redimir-me que já fiz uma votação que não desejava ter feito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Quando foi apresentado um voto de louvor por um clube de futebol da terra, que ganhou uma taça.

Eu não reparei, e estas coisas são distribuídas em cima da hora e tinha uma medalha lá pelo meio, e votei favoravelmente, contra a minha vontade, tenho que dizer a verdade. É um voto de louvor, não tenho problema nenhum em aprovar. Agora medalhas, principalmente quando lá vem referido que é uma medalha de mérito desportivo, grau oito. Pelos vistos há graduação de medalhas. É isso que eu quero conhecer, para saber se estou a aprovar correctamente a atribuição de medalhas ou não. Depois tenho um requerimento metido sobre o projecto alternativo de saúde.

Vou aproveitar a sessão de hoje para entregar ao Senhor Presidenta da Assembleia, para fazer chegar ao Senhor presidente da Câmara um outro projecto alternativo de saúde, e que farei também distribuir às diferentes bancadas aqui representadas. É uma informação curta, mas que farei chegar a todos. E depois tenho também um pedido de planos de emergência elaborados no âmbito do gabinete de protecção civil.

De modo que agradeço que o Senhor Presidente da Câmara continue, a minha maior pressão é sobre os Regulamentos, agora sobre o resto, envolve talvez uma resposta mais política, eu ainda... Eles deram entrada em vinte oito de Abril e eu ainda vou aguardar por eles. Tenho dito. -----

ANTÓNIO MIGUEL (Grupo da PPD/PSD) »» São dois pontos que extravasam a Assembleia, mas que fazem parte do Período “*Antes da Ordem do Dia*”. Eu não sei quem é que dirige ou supervisiona a transformação do aqueduto da EN cento e catorze, junto à zona denominada da *PATA*, junto à rotunda que nos dá acesso à auto-estrada IC-10, bem como acessos a Fazendas de Almeirim. Aquela estrada está interrompida há cerca de seis ou oito dias, além que a sinalização é péssima, ou seja inexistente e isso transtorna muita gente que atravessa o nosso concelho. Gostava de saber quais são as responsabilidades que o empreiteiro tem, mas a Câmara automaticamente é responsável. Porque dizem em Almeirim não havia, Almeirim é o nosso concelho, a nossa terra. Penso que a Câmara devia fiscalizar. As fiscalizações existem para isso. Há para tudo só não há para aqui. Deve-se ver



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

esse caso, que de resto é bastante grave. Já recebi através de pessoas conhecidas várias denúncias no sentido de repor a irregularidade sinalética.

Há que criar acessos alternativos por outras estradas, embora a interrupção na EN cento e catorze esteja feita antes dos acessos alternativos. O que é lamentável. Isto é um alerta à Câmara para diligenciar no sentido de criar acessos e desvios alternativos a todos que procurarem aquele acesso.

A segunda questão é na Rua Camilo Castelo Branco, na nossa cidade, uma rua com dois sentidos, entre a rua do Pinhal e a rua que atravessa a rua Olivença, para a rua Condessa da Junqueira.

Não aceito porque é que se interrompe uma via de circulação de dois sentidos, porque hoje estão a descarregar o betão, até aceito...porque a mangueira não chega à laje. Agora que se interrompa a rua para armar ferro, armar ferro é dentro da obra, ou então em estaleiro. Acho que este caso é um abuso de confiança.

Agradeço que a Câmara ou quem de direito veja estes dois assuntos.-----

JOSÉ ALFAIATE (Grupo da CDU) »» Esta semana comemorava-se em todo o país o “*dia da mobilidade*”.

O dia da mobilidade leva-nos a tocar nas questões dos transportes, no nosso concelho.

O Centro Coordenador de Transportes Terrestres foi solenemente inaugurado pelo Senhor Presidente da Câmara e Engenheiro Ferro Rodrigues há cinco anos. Penso que dispensável dizer, referir aqui as palavras elogiosas e considerações da importância do mesmo para o concelho de Almeirim. Neste momento o centro coordenador de transportes não tem utilização para o fim que foi inicialmente construído, talvez devido a uma falta de protocolo inicial, ou então por falta de vontade para levar à prática a execução, desse protocolo.

Também nesta altura queremos referir e chamar a atenção para o referido autocarro de transportes urbanos do concelho. É um autocarro tanto quanto sabemos, comprado há vários meses, cerca de dez, ou por volta disso, e que continua sem circulação prática, o que transtorna bastante a circulação na nossa terra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Também queremos fazer uma pequena referência sobre o cinema, principalmente realçando as notícias vindas nos jornais que referem a falta de segurança e de não conformidades existentes na altura da vistoria, que ocorreu há pouco mais de um ano. Na prática são dezasseis as não conformidades detectadas, tal como consta no relatório da vistoria, feito pela DGE.

Algumas destas não conformidades, têm aspectos bastante graves, pois referem-se a riscos de incêndio. Convido o Município a dar a devida publicidade a essas não conformidades, principalmente às que são mais perigosas para os utentes em termos de segurança contra incêndios, para que quem se dirija ao cinema conheça os possíveis riscos que vai ter.

Foi também distribuído o relatório semestral da ALDESC e verifica-se que o défice da Empresa Municipal continua a ser preocupante, e quando digo que continua a ser preocupante, porque o Município transfere para a ALDESC os custos de utilização (transfere e bem), dos utentes do estabelecimento de ensino dos utentes da universidade sénior de Almeirim, entre outros. Com todas estas transferências, parece-nos que as contas deveriam estar sensivelmente equilibradas e consideramos que a situação a arrastar-se, esta Empresa Municipal, que já é altamente deficitária, ficará numa situação insustentável.-----

MARIA JOSÉ (Grupo do PS)»» É com enorme felicidade que os eleitos desta Assembleia Municipal receberam a notícia de que os desdobramentos de horários nas escolas do primeiro ciclo são uma realidade que pertence ao passado do nosso concelho. Assim, esta Assembleia congratula-se pelo facto do Executivo Camarário ter resolvido um problema pedagógico. O desdobramento de horários irá no próximo mês, ser extinto para dar lugar a um turno único, das 9 horas às 17.30horas, igual para todos os alunos. Esta mudança colocará o nosso concelho, no que respeita a acções educativas, num patamar de excelência, pois irá permitir a todas as crianças por igual, a sua participação em diversas actividades extracurriculares, que segundo vários estudos são fundamentais não só para o desenvolvimento dos alunos enquanto homens e mulheres, mas também pelo facto de ajudarem à interiorização e compreensão das matérias ditas curriculares.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Das actividades extracurriculares a ministrar, salienta-se as aulas de Inglês, Educação Musical e Educação Física, estas duas últimas da responsabilidade da nossa Empresa Municipal. Todos os alunos irão usufruir das mesmas possibilidades de frequência de qualquer uma das propostas. Aquilo que até à alguns meses atrás eram apenas actividades ao alcance de alguns, cujas famílias tinham possibilidades económicas para suportar, passou a ser democraticamente disponível a qualquer criança.

É de realçar que esta possibilidade é mais um passo, provavelmente um dos maiores nos últimos anos, no de assimetrias entre alunos com mais e menos posses. Por tudo isto esta Assembleia realça o papel da Câmara na procura e obtenção de uma solução rápida e eficaz e, ao mesmo tempo, o papel do Ministério da Educação ao disponibilizar verbas para que estas actividades extracurriculares sejam possíveis.

Assembleia Municipal de Almeirim, vinte e nove de Setembro de dois mil e seis, o grupo do Partido Socialista.-----

INÊS CRUZ (Grupo da CDU) »» – A minha intervenção é breve e simples.

A Assembleia Municipal de Almeirim recomenda à Câmara Municipal que passe a fornecer papel reciclado a este Órgão, para o seu funcionamento administrativo, sendo óbvias as vantagens ambientais da utilização do mesmo, nomeadamente em termos energéticos.

Assembleia Municipal de Almeirim, vinte e nove de Setembro de dois mil e seis. O grupo da CDU.-----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Pensava que ia haver separação entre as Moções/Recomendações e os restantes temas. Como assim não é, intervenho aqui novamente.

E intervenho primeiro que nada para manifestar aquilo que é um profundo desrespeito para com esta Assembleia Municipal, por ter sido publicado no Almeirinese número oitocentos e oitenta e um de quinze de Julho as Moções – Recomendação levadas na sessão de trinta de Junho de dois mil e seis de forma errada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

O que eu quero dizer com isto é que há esforço e abertura, e tem vindo e espero que continue a haver relativamente aos partidos políticos, abertura no que toca à unificação de propostas. Só o que não pode acontecer, é que os partidos políticos todos, para questões que acham que são superiores e muito importantes para o concelho e que são supra partidárias, que depois seja publicado num jornal, recomendações dizendo no caso, por exemplo, da Moção da Paço dos Negros, que vocês se recordam que foi uma Moção unificada, como tendo sido apresentada pelo grupo do partido socialista e aprovada por unanimidade. Isto não é verdade.

O mesmo se aplica à fábrica da Opel, na Azambuja que começa dizendo: “Considerando que o Partido Socialista”. Eu acho que é positivo, a unificação de moções para alguns temas, e por isso o PSD tem-se manifestado nesse sentido, aliás há aqui um ponto da ordem de trabalhos, que é do tribunal e que presumo que haja essa abertura, mas acho lamentável que depois venha nos jornais a votação correcta, mas que a moção reproduzida seja a errada, seja do partido A, B ou C. Esta publicação está assinado pelo Presidente da Assembleia, Armindo Castelo Bento. Tenho aqui comigo todos os jornais “O Almeirinese” que saíram desde essa data, e nenhum desmentido saiu. Saiu posteriormente foi um edital das deliberações, e esse sim estava correcto.

Mas quem, dos presentes na Assembleia Municipal, ler o texto destas Moções, verifica que este não está correcto. Não corresponde à realidade, e portanto acho que deveria haver, e não é para mim, que fui ali negociar as moções, nem para o grupo do PSD. Mas acho que devia haver para todos os elementos da Assembleia Municipal alguma explicação e um pedido de desculpas, e a republicação destas mesmas moções, da forma como elas foram apresentadas, a bem do espírito de cooperação que nós temos tido aqui. Acho que todos queremos que este espírito continue.-----

 PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Se há erro na publicação, assume inteiramente o Presidente da Assembleia Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Sobre a republicação só se a Assembleia o exigir, e terá que ser votado, porque o Presidente da Assembleia não vai publicar nada. Em primeiro lugar porque não há razão para isso, para além dos custos que isso acarreta.

O que está em causa são os erros da publicação, e sobre eles o Presidente da Assembleia Municipal, assume-as exclusivamente.-----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Compreendo que o Presidente da Assembleia assuma os erros, embora isto não fosse uma questão contra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nem nada que se pareça, apenas acho que nós devíamos era encarar esta situação de frente.

Foi um erro que aconteceu e devíamos admitir os erros e seguir em frente. Acho que esta estratégia da avestruz não é a mais acertada, eu diria, aliás, é uma estratégia completamente errada, porque afinal de contas uma cooperação não deve depender de todos os seus membros independentemente dos factos, porque senão essa cooperação perderia a sua credibilidade, isto vem escrito por um cidadão por quem eu tenho imensa consideração e respeito, e espero se comporte da mesma forma nesta sala.

De resto gostava também de comentar os assuntos de interesse local, que segundo me foi dito, gostava de saber da parte da vereação, se é verdade ou não que com a criação da ALDESC, não foi acautelado a existência de desporto federado e que a ALDESC, se viu forçada a extinguir a sua equipa de natação.

Também gostava de saber como é que é possível na gestão autárquica em que se faça um concurso público para aquisição do autocarro em leasing e, não se ponha esse mesmo autocarro a circular, tem-se dinheiro investido, parado, tem-se um centro coordenador de transportes, que não serve os objectivos para os quais foi construído. No fundo isto não se compreende, parece quase um aluno que foi para o teste, chumbou e depois a seguir é que foi estudar, não, nós primeiro temos que estudar as matérias, antes de fazermos as coisas. Era o que devia ter acontecido. Infelizmente não foi isso que aconteceu.

Gostava também de saber se acho que a qualidade do ensino melhora, tendo contentores como salas de aula. É que eu ainda sou do tempo da P3, em que havia muito espaço para correr, já não é bem o caso hoje em dia.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

VEIGA DIAS (Grupo do PS) »» Convido esta bancada partidária, os demais membros desta Assembleia Municipal a visitarem o site www.almeirim.pt/biblioteca, para conhecerem este novo recurso cibernético.

Seguindo os passos “pesquisa bibliográfica” e depois “*Doc Bweb*” irão encontrar uma base de dados que permite a busca bibliográfica na Biblioteca Municipal Marquesa do Cadaval, mas também na biblioteca escolar do antigo agrupamento Almeirim -Tapada.

Este projecto nasceu de uma parceria entre a Câmara de Almeirim e as Bibliotecas escolares do Concelho, que teve o cuidado de ao mudar o programa informático da sua Biblioteca Municipal, no ano passado, procurar um compatível com os já existentes nas escolas, de forma tornar esta interligação viável e ao mesmo tempo facilitar a troca de experiências e de conhecimentos entre as várias entidades. A actualização diária é o ponto forte deste site, pois possibilita aos utilizadores o usufruto de um importante trabalho ou lazer constantemente Atractivo. Brevemente poderão estar também disponíveis os dados bibliográficos respeitantes às restantes escolas. Julgamos que este projecto é mais uma aposta ganha pelo executivo camarário na disponibilização de recursos educativos à sua população, assim como a todos os outros visitantes cibernéticos.

É de salientar que, apesar de a Biblioteca Municipal possuir um vastíssimo conjunto de obras, esta parceria permite ainda o acesso a um tipo de obras específico que muito dificilmente uma biblioteca pública terá em tão grande quantidade. É ainda de realçar a abertura manifestada pelos responsáveis escolares e pelo empenho que os mesmos mostraram ao aderirem a esta parceria. Por último, resta-nos referir que o supracitado site ainda ser redireccionado para pesquisas em locais tão diferentes como a Biblioteca Nacional de Portugal, de Espanha ou de França, da Rede Portuguesa de Museus, na Torre do Tombo, na British Library, ou ainda na Biblioteca do Congresso Americano.

Sugerimos pois uma visita a este fantástico mundo novo de oportunidades de conhecimento, que as novas tecnologias nos oferecem. Resta ainda referir que, caso não possua Internet em casa, poderá utilizar os nossos hotspots, na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Biblioteca, no Parque da Zona Norte ou no Jardim da República ou então deslocar-se a vários espaços Internet existentes no Concelho.

Assembleia Municipal de Almeirim, vinte e nove de Setembro, o Grupo do Partido Socialista. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» O grupo do PPD/PSD apresenta uma proposta de recomendação, sobre energias renováveis em Almeirim, “considerando a forte dependência em termos energéticos Portugueses do gás natural e do petróleo, que são mais de oitenta por cento das matérias-primas utilizadas na produção de energia.-----

Votação da Proposta de Recomendação – Energias renováveis em Almeirim.

Aprovada por maioria, com duas abstenções, uma do grupo do CDS/PP e outra do grupo da Partido Socialista.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP)»» Eu vou dizer que todas estas Moções e Recomendações que vão ser votadas, eu pretendia, e é o que naturalmente vou fazer é abster-me em toda a linha porque não estou suficientemente preparada.

Não as li para me pronunciar sobre elas. Pretendia abrir excepção a esta do PSD, porque é um assunto que eu preparei, embora a tenha lido de forma evasiva. Preparava-me para votar favoravelmente. A única coisa que não me levou a votar favoravelmente, é o termo obrigatório. Eu parece-me que já seria ideal, em vez do termo obrigatório houvesse em termos de licenciamento uma preferência em termos de legalidade em relação aos projectos que apresentassem energias alternativas. Ou seja, passaria à frente dos outros, seriam avaliados prioritariamente.

Para já a obrigatoriedade foi a única razão que me levou a abster nesta votação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

CARLOS MOTA (Grupo do PS)»» A minha abstenção deve-se ao facto de também considerar que é demasiado rigoroso a exigência de o projecto contemplar este tipo de energias.

Faço minhas as palavras da Dr^a Maria Bernardina do Grupo CDS/PP.

Deve-se dar às pessoas a oportunidade de escolher. -----

Votação da Moção das Escolas do Primeiro Ciclo – Aprovada por maioria, com nove abstenções, cinco do Grupo da CDU, uma do CDS/PP e três do PPD/PSD -----

DECLARAÇÃO DE VOTO

JOSÉ ALFAIATE (Grupo da CDU)»» É uma atitude importante, o ter terminado com o desdobramento da actividade escolar.

Embora para terminar com este desdobramento a Câmara demorou meia dúzia de anos, e ainda por cima demorou meia dúzia de anos para arranjar um contentor para as crianças terem aulas.

Foi por esta razão pela qual não votamos favoravelmente. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Vamos votar a declaração apresentada pelo grupo da CDU sobre as vantagens ambientais da utilização do papel reciclado. -----

Votação da declaração do grupo da CDU, sobre as vantagens da utilização do papel reciclado – Aprovada por Unanimidade. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD)»» Gostava de colocar uma questão:

Não é obrigatório, segundo o regimento, apresentar uma cópia escrita das Moções, a cada grupo parlamentar?

É esta a nota que tinha para fazer. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Se não foram distribuídas, vamos distribuir a seguir. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» O grupo do Partido Socialista propõe a esta Assembleia um voto de louvor aos pescadores do Clube Amadores de Pesca do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Ribatejo, sedado em Fazendas de Almeirim, Filipe Manuel Silva Patrício, que na categoria de Esperanças se sagrou campeão do mundo e Nuno Alexandre Botas Lidónio e Vítor Alexandre Caniço Fernandes na categoria de seniores, modalidade de carpas se sagraram campeões mundiais de clubes. Assim, conquistaram duas medalhas de ouro para Portugal.

Aproveitamos para felicitar toda a direcção da CAPR pelo trabalho desenvolvido, pelos excelentes resultados que o clube tem conseguido e pelo seu comportamento no último Campeonato do Mundo, disputado por vinte e dois países. Prestigiaram ao mais alto nível Portugal, o Concelho de Almeirim e a Freguesia de Fazendas de Almeirim.

Assembleia Municipal de Almeirim, vinte e nove de Setembro de dois mil e seis, o Grupo do Partido Socialista.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Sobre este voto de louvor algum deputado quer intervir?-----

PRESIDENTE DA JUNTA DA RAPOSA »» Sobre o voto de louvor gostava de saber os nomes dos pescadores.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Filipe Manuel da Silva Patrício, Nuno Alexandre Botas Lidónio e Vítor Alexandre Caniço Fernandes.-----

PRESIDENTE DA JUNTA DA RAPOSA »» Queria informar que na Raposa temos um vice-campeão, e campeão do mundo por equipas.-----

PRESIDENTE DA JUNTA DAS FAZENDAS»» Boa noite a todos, eu queria apenas explicar, que destes três atletas, um individual por razões desconhecidas ainda não está presente, foi campeão individual, na categoria de promessas, e os outros dois, que estão aqui presentes foram campeões em carpas, por equipas, é uma prova para quem não está muito dentro do assunto, mas o Senhor Vereador Francisco Maurício, será certamente a pessoa indicada para explicar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

É uma prova que tem a duração de setenta e duas horas seguidas, é uma prova extremamente violenta.

Isto para dizer que o meu colega José David, devia ter feito o mesmo que eu fiz, isto é apresentar um voto de louvor para os seus pescadores. -----

Votação do Voto louvor apresentado pelo seu Presidente da Junta de Fazendas de Almeirim. - Aprovado por unanimidade. -----

MOÇÃO DE SAUDAÇÃO AO FUNCIONÁRIO FIRMINO DE SOUSA AMARO

No passado dia treze, o grupo de Futebol de Funcionários da Câmara Municipal de Almeirim, passou por momentos muito difíceis, de angústia, amargura, para não dizer de terror, porque o colega da equipa e de trabalho caiu fulminante no chão, vítima de um ataque cardíaco. Nessa altura estava junto do Firmino e senti-me muito, mas muito pequenino porque não sabia o que fazer, fiquei paralisado, mas graças não sei a quem estavam por perto três grandes homens, o José Maria, o Carlos Sal e o Bombeiro José Correia, que de imediato prestaram os primeiros socorros que de acordo com a informação dos médicos lhe salvaram a vida.

Depois foi uma luta contra o tempo até chegarem os paramédicos, foram minutos dolorosos porque os médicos só à quarta tentativa e passados sete minutos de reanimação conseguiram fazer com que o Firmino voltasse à vida.

Resta-me dizer que ainda ontem num hospital em Bruxelas o nosso amigo Firmino foi operado e correu tudo como previsto, ou seja, bem. Desejando-lhe as rápidas melhoras e que volte o mais rapidamente possível para junto de todos nós, proponho então um voto de saudação ao funcionário desta Câmara Firmino Sousa Amaro.

Assembleia Municipal de Almeirim, aos vinte e nove dias do mês de Setembro, pelo grupo do partido Socialista, José David Ventura Gouveia.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Vamos votar a Moção de saudação ao funcionário Firmino Sousa Amaro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Votação da Moção do Funcionário Firmino de Sousa Amaro - Aprovado
por unanimidade.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Não há mais Moções para apresentar. Vamos dar por encerrado o Período antes da Ordem do Dia.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Gostava de fazer algumas referências a algumas questões que foram aqui ditas e que porventura estão na expectativa que eu diga alguma coisa. E uma delas é uma referência que faço sobre a proposta de recomendação que vem do Grupo do PSD, e para lhe dizer o seguinte, realmente o termo obrigatoriedade não pode ser usado na prática por nós, por uma simples recomendação da Assembleia Municipal. A obrigatoriedade implica alteração dos regulamentos, do regulamento de edificação e urbanização, do plano de urbanização, etc.,

Quer dizer a Câmara e eu que sou quem tem esse pelouro, não posso ir a um Município obrigá-lo a tirar a energia que tem previsto para o seu edifício para energia solar. Visto que não tenho nenhum regulamento que dê cobertura a esta minha exigência. Portanto aquilo que eu digo é o seguinte: Para quem julgue que é má vontade nossa eu não aplico uma recomendação. Ela não vai poder ser aplicada na prática, o que poderá ser é a vir a ser incluída numa alteração, que passará por aqui, ao regulamento de edificação e urbanização e aos regulamentos Municipais do ordenamento. Realmente o termo para esta fase é muito forte, e não pode ser usado.

Em relação ao aqueduto da E.N. cento e catorze, eu queria dizer que as obras no aqueduto da E.N. cento e catorze estão fora do perímetro urbano, portanto são da responsabilidade das Estradas de Portugal (EP). A Estrada Nacional cento e catorze, naquele ponto já não é da nossa responsabilidade. A fiscalização é uma fiscalização própria das E.P., que tem os seus fiscais junto ao empreiteiro que está a executar a obra. É evidente que vou chamar a atenção para o facto da sinalização, eventualmente não estar correcta, o que está perfeitamente ao nosso alcance. Agora também me parece, pode porventura ter havido da parte do empreiteiro a ideia que não ia desviar trânsito por estrada de terra batida, e portanto há uma indicação de desvio ainda na nossa zona industrial, para se ir para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

a estrada Vale Barrocas e dar-se a volta. Em relação ao corte na rua nos dois sentidos, quero dizer que eu próprio já o constatei, se é certo que haverá momentos que serão necessários, outros haverá que não se justificam. Vai uma chamada de atenção para esse facto.

Em relação ao Centro Coordenador de Transportes Terrestres, tem sido muitas vezes referido, e eu aceito os reparos que me fazem acerca do centro Coordenador. Não posso deixar de dizer no entanto, é uma informação que fica na Assembleia, é que aquele edifício e aquele projecto foram considerados como um projecto de qualidade pela classificação do IPPAR em termos das construções de Almeirim. Portanto o que eu queria dizer é o seguinte: Ele neste momento ainda não está a ter o aproveitamento pleno. Eu reconheço isso, em termos de transportes, mas também é certo que a localização que se escolheu para aquele centro de transportes é uma localização de futuro, não de presente, sabemos isso. E esse futuro até está aí à porta, e está aí, porque vamos começar a circular urbana, cujo o concurso já foi aberto e já foi analisado, irá à próxima reunião de Câmara para ser adjudicado e a participação financeira já foi conseguida, é a partir desse momento que esse troço de circular urbana esteja concluído, também o Centro Coordenador de Transportes começa a ter mais aproveitamento, tal como eu previa e se forçou a localização naquele local, e eu tenho alguma responsabilidade nisso, quanto ao facto de se ter forçado a sua localização, onde agora se encontra. Também é verdade que em qualquer outro ponto da cidade não podíamos ter feito um projecto da qualidade como aquele que lá está. Portanto durante mais algum tempo vão continuar a atirar-me pedras, mas eu confesso que me sinto muito orgulhoso com aquele projecto, que por toda a parte é considerado um projecto de qualidade.

Em relação ao Cine Teatro eu quase que repetia as mesmas afirmações. Em relação ao Cine Teatro dizia-me aqui à dias uma pessoa de fora, e as pessoas de fora são mais observadoras que nós, porque as coisa estão perto de nós e não vemos a qualidade de algumas coisas que fazemos. Dizia-me ele que o nosso Cine Teatro, era talvez o mais bonito e o mais funcional do Distrito de Santarém. É evidente que o que eu lhe disse foi que parece que está a ser injusto, porque há colegas meus que têm feito belíssimas obras de Cine Teatros, mas isto é para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

dizer que a qualidade daquele edifício é reconhecido por muita gente, reconhecido por muita gente.

O projecto foi aprovado pela DGE, com algumas recomendações, é evidente que sim e essas recomendações não são para alarmar as pessoas, são para nós, Executivo, as tomarmos a peito e as corrigirmos. Eu muito francamente não quero passar pelo desgosto de não continuar a ver o Senhor Deputado José Alfaiate a assistir a espectáculos no Cine Teatro, ou então os simpatizantes da CDU. Tenho muito gosto em os ver no Cine Teatro. E digo que não correm perigo algum, podem estar à vontade.

Em relação à ALDESC, ela é deficitária, continuará a ser e será sempre, porque explora equipamentos desportivos, porque pratica preços sociais e tem uma função social a desempenhar, tal como a Câmara tem. Deixa de ter resultados negativos, quando deixar de praticar aqueles preços. Mas nós não queremos. O que queremos é que tenha o menor resultado negativo possível, mas não queremos que seja a população a pagar o défice daquele equipamentos. São importante para os nossos miúdos, idosos e para aqueles que precisam recorrer aos nossos espaços desportivos, todas as nossas colectividades utilizam os nossos pavilhões, sem pagar um tostão, provavelmente isto não acontece noutros Municípios, eu sei ainda à dias alguém da União de Tomar me dizia, em Tomar pagam tudo, inclusivamente o subsídio que a Câmara lhes presta é descartado nas ocupações espaços desportivos, isto é não recebem nada. Não é isso que nós queremos no nosso Concelho, não é essa a nossa prática. Queremos que todas as colectividades tenham uma vida saudável, que pratiquem desporto, que a nossa população tenha os equipamentos à sua disposição, e faremos tanto quanto podermos, para por à disposição das pessoas, mesmo que isso nos traga défice, que a nossa Câmara felizmente não vai à falência. Viu com certeza a comunicação social desta semana. Nós não vínhamos na primeira página, nem nas páginas do interior, o que às vezes nos acarreta alguns problemas. O que lhe queria dizer é que nós não acabamos com a natação, seria então contrariar tudo aquilo que estou a dizer.

Simplemente o actual conselho de administração da ALDESC, entendeu que aquela empresa não tinha vocação para estar a assumir responsabilidades em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

equipas que são de competição e portanto entendeu que fazer um acordo com a *Associação dos 20Kms*, e eles sim, aceitaram assumir a responsabilidade da ALDESC.

Em relação aos contentores, eu queria dizer que não é à seis anos que nós temos o problema dos contentores, porque nós sabemos que até houve uma diminuição da população escolar e este problema não se põe à seis anos. Mas o facto de agora ser preciso mostrar os contentores, também é prova do desenvolvimento e do crescimento do nosso Concelho, que tem uma população escolar a crescer, portanto teve necessidade de desdobrar as suas instalações escolares, não desdobrar as aulas, elas vão funcionar em horário normal, mas desdobrar as suas instalações escolares. Quero dizer, eu não percebi bem se o grupo do PSD fez também a recomendação para não montar contentores, provavelmente foi, não sei, mas queria dizer que nós montamos aqueles contentores, e chamámo-lhe assim, se quisermos, o que eu sei é que eles têm muita qualidade para terem lá os miúdos, e portanto não me arrepiava nada chamá-lo "Contentores", agora o que acontece com bastante esforço da financeiro da Câmara, nós quisemos corresponder a pedidos de muitos professores e de muitos pais, e portanto, eu diria que a responsabilidade no bem sentido, a responsabilidade da montagem daqueles contentores são dos pais e professores, ao terem insistido connosco, embora não tivessem insistido muito porque nós sentimos com franqueza a necessidade de os montar, agora é evidente só serão desmontados quando nós tivermos o centro escolar de Almeirim pronto a ser construído, e para ser posto ao serviço da nossa população, centro escolar esse, cujo o projecto está neste momento a ser elaborado, e elaborar um projecto e construir um edifício sobretudo para corresponder a Almeirim, por exemplo a dez salas de aulas, que é o necessário este ano, é evidente que despender algum esforço, e é necessário algum tempo para o por de pé, mas poremos com certeza. Estamos cá para isso, o projecto está a ser elaborado ele deve ser construído, e quando estiver pronto, é evidente que substituiremos os contentores.-----

ORDEM DO DIA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» De acordo com o nosso regimento na Ordem de Trabalhos, que tinha oito pontos, o Senhor Presidente da Câmara solicitou a inclusão de mais dois pontos. É de acordo com o regimento que nós temos que votar a inclusão destes dois pontos, que são: Documento da ANMP e NOVOVPCA

* **Votação da inclusão do ponto número nove (ANMP)** – Aprovada a inclusão com dezoito votos a favor. Três votos contra do PSD e um do CDS-PP ----

* **Votação da inclusão do ponto número dez (NOVOPCA)** – Aprovada a inclusão com vinte e dois votos a favor e três contra do grupo do PPD/PSD.

Ponto UM: apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, acerca da actividade municipal, nos termos da alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco traço A de dois mil e dois de onze de Janeiro, conjugado com o estipulado na alínea e) do número, com a previsão do número nove do artigo quatro, nos termos do artigo vinte e dois do Regimento desta Assembleia. -----

PEDRO RAMOS (Grupo da CDU) »» Tenho duas ou três questões que gostava de apresentar.

Uma delas é relativa ao primeiro ponto. O primeiro ponto que tem a ver com a Encherim. Diz que está praticamente concluído e centro de corte de carnes. Para nós até está concluído, mais que já está aguardada a sua inauguração para Novembro. Mas o que nós sabemos é que não há qualquer protocolo com a Câmara e a referida Cooperativa, não sabemos o que é, nem quem é, nem sabemos que peso tem a Câmara sobre essa empresa. A não ser que isto seja uma segunda edição do centro coordenador de transportes, que até hoje não tem protocolo nenhum.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

A segunda questão tem a ver com o Cine Teatro, embora numa vertente um pouco diferente, isto porque à algum tempo, umas Assembleias atrás pedi algumas explicações. O Senhor Presidente fez o favor de mas dar, e o Senhor Vereador José Carlos completou algumas dessas informações. Isto para dizer que a partir dessa altura, comecei a receber na minha casa programas do Cine Teatro de Almeirim onde está agendada grande parte da programação, mas estranho que essa programação para Agosto fosse muito curta, quando nós falamos em relação às crianças. Há crianças que provavelmente não tiveram disponibilidade para ir para a praia e porventura até lhes convinha que houvesse qualquer actividade relacionada com elas. As crianças comem pouco pão, as crianças não bebem vinho, elas precisam muito da nossa companhia.

A terceira questão é sobre a rotunda das Finanças. Eu vejo junto às Finanças um parque, que não é mais nem menos do que um parque de máquinas que lá está. O Senhor Presidente diz aqui que já está agendado ou adjudicado a empreitada para a construção da rotunda.

Á algum tempo falei com o Senhor Presidente da Câmara, até numa reunião da Comissão, e disse-lhe que é uma aberração construir ali uma rotunda, para mim continuo a dizer que naquele local uns semáforos seriam a opção mais indicada. Naturalmente que aquele local se irá tornar uma aberração muito grande, para quem passar junto àquele local. Penso que irá ficar sem qualquer tipo de condições para as pessoas poderem circular.-----

JOSÉ ALFAIATE (Grupo da CDU) »» Ninguém nos ouviu dizer que o cinema não era uma obra digna do nosso concelho. O que dissemos à bocado é que há alguns aspectos que são preocupantes e não são para adultos, são para crianças, obviamente que são mais preocupantes para as crianças, e essas é que merecer mais um pouco da nossa atenção. Ainda sobre a I.G.A.G

O segundo ponto diz em determinada altura “devem construir um compartimento corta fogo, porque as suas envolventes e respectivas portas devem assegurar adequada resistência ao fogo”, o terceiro ponto diz, “e o vão que comunica com o compartimento contíguo, devem garantir no mínimo a classe de resistência ao fogo (PC 30), de acordo com o artigo cento e um do Regulamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

das Condições Técnicas e de Segurança de recintos de Espectáculos e divertimentos Públicos.

Não vou ler todos. Mas o artigo treze diz: “deve ser prevista uma alimentação/junção siamesa na rede de combate a incêndios localizada junto ao acesso principal do edifício, devidamente resguardada e identificada, conforme as indicações prestadas pelo Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários de Almeirim, no decorrer da vistoria por forma a que eventual falha de abastecimento de água na rede pública, seja garantido o abastecimento através de viaturas dos Bombeiros.

São recomendações que podem eventualmente, tornar aquele edifício , não totalmente seguro, não me estou a referir aos adultos, refiro-me fundamentalmente às crianças.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Em relação às duas questões que me foram posta, realmente eu , ao Senhor deputado Pedro eu pedia-lhe uma informação: Qual é a data da inauguração. Sabe que é em Novembro, pelo menos diga-me o dia, que eu não sei, que é para eu não faltar.

Sobre a rotunda, realmente já foi adjudicada, o empreiteiro ainda não entrou em obra, mas isso são dois actos completamente distintos. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Esperava que o Senhor Presidente fizesse alguns comentários relativos à informação escrita. Infelizmente isso desta vez não foi feito, não sei muito bem porquê. Relativamente à informação escrita gostava de levantar algumas questões.

Em primeiro, gostava de saber de que forma a Câmara intercedeu para conseguir a operação financeira de viabilizar a Adega Cooperativa de Almeirim. Foi alguma garantia bancária da Câmara? Foi algum abono de favor? -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Foi uma garantia pessoal minha. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Gostava também de questionar sobre a EM quinhentos e setenta e sete, de paço dos Negros a Marianos. A informação que temos é que as condutas de água ficaram exactamente na mesma.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Relativamente à construção da rotunda das Finanças, gostava de saber o valor estimado da obra.

Quanto ao primeiro troço da Circular Urbana de Almeirim, gostava de comentar que acho uma pena que se comece a construir um primeiro troço de uma circular urbana sem que haja duas faixas em cada sentido, porque efectivamente vai criar um estrangulamento, as pessoas podem lá ir uma vez, assim que apanham um tractor ou um lento qualquer pela frente e depois não conseguem ultrapassar, vão deixar de utilizar. Vão continuar a ir por dentro da cidade.

Gostava de saber que diligências foram tomadas, relativamente à empresa Construções Torrão, tanto quanto pode saber foi quem fez o Cine Teatro.

Já me parece haver aqui algum esforço. No entanto continua aqui a haver muita qualificação de obras no que toca ao “continua-se” gostava de saber qual é a fase da obra. Porque uma obra que está estimada, todas as obras tem um determinado grau de acabamento. O Senhor Presidente sabe isso tão bem ou melhor do que eu.

Da educação, já deveria ter provido, para que as situações já estivessem devidamente resolvidas, ou que já houvesse mais um estabelecimento de ensino, ou já houvesse mais instalações, caso fosse esse o caso, e que são preferíveis a pôr contentores provisórios. Já vi que é essa também a opinião do Senhor Presidente.

Gostava de saber a quem é que está adjudicado os trabalhos de escavação no terreno anexo ao Pórtico de Paço dos Negros. Espero bem que não seja a mesma pessoa que tentou lá construir, porque senão seria uma situação muito interessante. E também espero que não andem lá a fazer escavações com buldozer, nem nada que se pareça com escavadoras, porque não sei se já reparou que os arqueólogos verificam vestígios arqueológicos com pincéis pequenos.

Gostava deste modo de saber se quem lá está tem condições para fazer escavações arqueológicas, porque senão efectivamente entra lá uma escavadora e acaba de partir aquela escadaria do século XV (que a lenda diz existir), não seria propriamente uma coisa muito agradável. Relativamente a estarem a adquirir máquinas e viaturas e substituir outras com muitas horas de trabalho, isto é uma situação perfeitamente normal. Portanto gostava aqui de lançar um apelo à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Câmara, que dentro do possível fizesse o planeamento da substituição das máquinas, e que pudesse ser lançada a concurso público, obtendo assim certamente preços mais baratos para a aquisição destes equipamentos.

Gostava ainda de saber, dado que aqui é omissivo, se nós somos accionistas, presumo eu que somos de uma empresa que se chama Águas do Ribatejo, dado que infelizmente não vai haver uma assembleia extraordinária da CULT, para se saber o que é que se passa com ela. Almeirim é uma parte interessada por ter uma participação nas Águas do Ribatejo. Eu, inclusive sou, como sabe, membro da Assembleia da CULT. Gostava de saber do ponto de vista da Câmara de Almeirim, o que é eu se passa com as Águas do Ribatejo.

Por último, quanto às contas, desta vez efectivamente, já houve algumas receitas correntes, as contas já têm um outro aspecto, vamos ver como é que elas terminam, há aqui uma situação que parece que se vai realizar. Realmente a nível de despesas correntes, as despesas com salários, electricidade, manutenção dos equipamentos, parece que se vão concretizar. As minhas previsões no entanto no que toca ao investimento, que cria riqueza, aquilo que traz os empregos, vamos ver se conseguimos chegar aos cinquenta por cento da realização. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Eu referia-me fundamentalmente às escavações de Paço dos Negros, admito perfeitamente que brinquemos. Estas coisas nas Assembleias não podem ser sempre com o ambiente pesado, para uma pessoa que está aqui a discutir coisas muito chatas. E eu penso que o Senhor esteve a brincar. Julgo que sim, uma vez que pensou que nós estivemos a fazer escavações em Paço dos Negros, com um construtor de trazer por casa. Concerteza que quando fizemos o concurso, foi com empresas de arqueologia, e que vão fazer com os conhecimentos técnicos que têm, as escavações.

Não é agora que qualquer construtor o iria fazer.

Em relação à empresa Águas do Ribatejo, queria dizer-lhe que neste momento está suspensa a constituição da empresa em si, por ter aparecido uma providência cautelar em tribunal. Tem aparecido na comunicação social que são duas, não é verdade, aparece uma simplesmente, Quem foi o promotor da providência cautelar foi a AGS, que está em quarto lugar, e entende chumbar no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

processo a empresa que ficou em segundo lugar. E portanto o segundo apresentou alegações, como fazendo parte do processo, mas não apresentou uma segunda providência cautelar, portanto os Presidentes que constituem a Associação de Municípios que poderá vir a constituir a empresa Águas do Ribatejo, entenderam que não o deviam fazer, sem o julgamento da providência cautelar. Estão a decorrer as diligências em Tribunal, pelos vários gabinetes, que defendem os vários intervenientes no processo. Mas neste momento, a empresa em si, a sua constituição, está suspensa. Neste momento está a decorrer na mesma, a candidatura do saneamento ao fundo de coesão, visto que foi a CULT que a titulóu, e as Câmaras que estão a lançar projectos, estão a lançar obras ao abrigo daquela candidatura, estão a fazê-lo em nome da CULT, logicamente que é o titular da candidatura aprovada pelo fundo de coesão.-----

RUI PAULO (Grupo do PS) »» Foi falado pelo colega da bancada da CDU, que a rotunda junto às Finanças “*que já lá devia estar há trinta anos*”, penso que é o que vai resolver o problema dos acidentes, mais semáforos não resolvem problemas de acidentes.

Toda a gente sabe que junto ao Jardim da República, estão lá os semáforos, e muitas vezes ocorrem lá acidentes, como também junto ao Largo do Conde, penso que as funções são muito diferentes. Eu nunca vi, salvo rara excepção, talvez quem anda em excesso de velocidade, se calhar passar por cima de uma rotunda.

Para o meu colega da bancada do PSD, devo informá-lo que dou aulas na Parreira, e por isso passo na estrada Paços/Marianos, e verifico que as condutas de água estão lá, podem não estar sinalizadas, mas elas estão lá , e acabadas, as bermas e tudo acabado.-----

DOMINGOS MARTINS (Grupo do PS) »» Queria salientar três obras que estão na informação escrita da Câmara.

A primeira é a conclusão da rede de rega, que vem possibilitar fazer regas na nossa zona Biblioteca, de uma forma que não é necessário utilizar água da rede pública tratada, possibilitando inclusivamente a utilização de um furo para a Zona



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Norte que tem alturas que permite captações diferentes das que são utilizadas em meios freáticos utilizados para consumo público doméstico.

A segunda será a rotunda das Finanças, mostrar o meu apreço em relação à solução apresentada para a rotunda e deixar aqui uma recomendação se possível for. Não sei qual é o Plano de Trabalhos previsto para a sua execução. No entanto deixava uma recomendação para a possibilidade de no dia vinte e oito as obras não estarem em curso, isto é, estar em condições de se poder realizar mais uma prova do Vinte Kilómetros em Almeirim. Que é a prova anual que nós realizamos, e que este ano será em vinte e oito de Outubro.

Por último demonstrar a minha satisfação à Circular Urbana, troço que irá possibilitar o desvio de trânsito do cruzamento, diminuindo os inconvenientes que normalmente cria.

Manifesto pela positiva a opção tomada, pela construção de uma só faixa, contrariamente ao que o Senhor Deputado do PSD referiu. Seria ideal fazer duas faixas, no entanto o que está previsto é uma faixa igual à do IC10, e que no fundo, duas faixas, para uma circular urbana com a extensão que está prevista.

Fazer duas faixas tem um custo quase a duplicar. Por outro lado foi tido em conta a densidade do tráfego para o local, assim como a chegada do IC3, que irá permitir algum alívio de trânsito. -----

Ponto DOIS: Análise e avaliação da situação actual do Tribunal da Comarca de Almeirim, com vista a uma eventual tomada de posição nos termos da o) do numero um do artigo cinquenta e três da Lei numero cento e sessenta e nove, barra noventa e nove de dezoito de Setembro republicada em anexo à Lei numero cinco, traço A barra dois mil e dois de onze de Janeiro conjugado com a p) do numero um artigo quarto do Regimento como contributo para que este “***importante serviço público***” esteja realmente ao serviço da população de Almeirim.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Análise e avaliação da situação actual do Tribunal da Comarca de Almeirim.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Há três Moções apresentadas sobre este assunto. Uma do grupo do PS, outra do grupo do PPD/PSD e uma do grupo da CDU.-----

Análise avaliação da Situação do Tribunal de Almeirim - Proposta n.º seis/AM/PSD/zero seis.

António Marinheiro Miguel, Augusto Felício Reguinga e João Miguel Gonçalves Lopes, membros do Grupo do PPD/PSD – Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim, tendo tomado conhecimento da Ordem de Trabalhos, vêm apresentar a seguinte proposta, que solicitamos seja enviada à Casa Civil do Presidente da República, ao Gabinete do Primeiro-Ministro, Ministério da Justiça, e a todos os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República:

Fazer justiça é um exercício de suprema responsabilidade, mas é na aplicação dela que os cidadãos encontram a afirmação incondicional dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais. Por isso, o esforço conjugado de todos, dos chamados operadores judiciários, deve confluir para a realização de uma Justiça eficiente e exercida em tempo útil, só possível se o poder político não se demitir da função que lhe cabe, nomeadamente a de fornecer os meios materiais, humanos e, financeiros bem como proceder a reformas profundas.

Para fazer inflectir a situação difícil em que há anos se encontra o Tribunal Judicial da Comarca de Almeirim, consequência de fenómenos de natureza interdisciplinar, propomos uma terapêutica a aplicar, tendo em vista incidir sobre o conjunto de causas de persistência quase endémica, na certeza de contribuir com vias para o aperfeiçoamento do sistema, e na defesa do adequado dimensionamento do Tribunal e respectivos quadros de magistrados e de funcionários.

O insucesso verificado na Tribunal Judicial da Comarca de Almeirim, tem muito a ver com o facto de ser este um Tribunal de 1º acesso e com apenas um único juízo, não conseguindo desta forma dar vazão aos processos nele



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

pendentes, nomeadamente os processos de natureza cível, o que é motivo de preocupação.

Para tanto, diagnosticadas as carências, conhecida a curva evolutiva do movimento processual, avaliadas as capacidades em meios humanos, materiais e financeiros, a presente proposta surge para dar maior exequibilidade processual.

A necessidade de obtenção de melhores infra-estruturas, e quiçá para o alargamento do Tribunal Judicial de Almeirim, com o fim de proporcionar melhores condições de trabalho para os respectivos Magistrados e funcionários, bem como para todos os agentes da justiça, maxime obtenção de mais um juízo proporcionando assim aos cidadãos a Justiça de qualidade a que têm direito.

Propomos que ao invés de se defender o encerramento do mesmo se deverá pugnar para que o mesmo seja **dotado de meios técnicos, humanos e financeiros** que lhe permita desempenhar as suas funções, dado que o *grosso modo* as acções declarativas e de execução por período razoável de tempo, em liquidação de centenas de processos pendentes.

Propomos ainda que ai invés de se culparem juizes e magistrados e tendo em atenção que o Tribunal de Almeirim é de primeiro acesso se deve defender a **criação de um gabinete de Apoio ao Juiz**, em tempos defendido pelo Desembargador António Francisco Martins, cuja a função seria organizar e manter actualizado um documento informativo com o levantamento das principais características dos tribunais de 1º acesso, em aspectos o envolvimento socio-económico da comarca, o estado do Tribunal, a pendência de processual, entre outros.

Na mesma linha propõe-se também um **modelo de contingentação processual**, com efectiva quantificação das cargas de trabalho adequadas para cada juiz, em função da sua especificidade na carreira e nos diferentes tribunais é na nossa opinião, a principal ideia estratégica, o eixo central do trabalho que induzirá outras propostas. Permitirá estabelecer indicadores operados para efeitos de gestão, da qualidade e da defesa profissional responsável, ajustando o volume de serviços do tribunal ou juízo à capacidade exigível ao juiz, e permitirá aferir, em qualquer caso, do grau de adequação da estrutura e orgânica judiciária. Permitirá ensaiar, de forma criativa, soluções inovadoras de ajustamento flexível na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

distribuição, nas medidas de apoio ao juiz, no tratamento da informação de gestão, na cadeia do governo da jurisdição e, com grande importância, na criação de ambientes de trabalho amigos e motivadores, essenciais para os alinhamentos subjectivos necessários ao sucesso da missão dos Tribunais.

Contudo é provável que nenhuma destas propostas venha a ver luz do dia porque não podemos deixar de ter em conta a **Revisão do Mapa Judiciário**, que neste momento está em discussão, e que pode **conduzir ao encerramento do Tribunal**, com o qual **não podemos concordar nem ficar indiferentes**, afirmando o Governo que o mapa judicial nacional, ficará reduzido a 30 circunscrições, desaparecendo as actuais comarcas, círculos e distritos judiciais até ao final do ano. Esperemos que as Comarcas devam ter por base a realidade social e económica e não o Mapa administrativo.

Atrevemo-nos a garantir que todos ganharemos, se a presente proposta for tomada em consideração e aplicada.

Almeirim, vinte e nove de Setembro de dois mil e seis. O Grupo Parlamentar do PPD/ PSD.-----

*** Votação da proposta do PPD/PSD sobre o Tribunal da Comarca de Almeirim.**

A proposta foi rejeitada com um voto de qualidade do Presidente da Mesa. Nove votos contra do PS, seis abstenções, cinco do PS e uma do CDS, nove votos a favor, três do PSD e seis da CDU. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO

VEIGA DIAS (Grupo do PS) »» O meu voto contra a proposta do grupo do PPD/PSD prende-se tão somente com isto: como é sabido e do conhecimento geral, o Tribunal de Almeirim, é um Tribunal que dadas as suas próprias insuficiências, apresenta um largo e preocupante atraso no volume de processos que se encontra pendente, e dado isto, penso que não seria benéfico, para o próprio tribunal, estar-se a fazer dele um tribunal de teste e de experiências de novos modelos, para se saber ou não se seriam bons modelos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Por esta razão votei contra. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP) »» Relativamente a esta Moção do **PSD** sobre o Tribunal de Almeirim e todas as outras que sejam apresentadas sobre o mesmo assunto, irei abster-me pelas seguintes razões:

Primeiro, porque estou convencida que o problema do Tribunal de Almeirim e da justiça neste país não se deve exclusivamente à falta de meios, materiais ou humanos, mas também acima de tudo aos facto de dispormos de uma legislação antiquada e enxertada que não se encontra adequada à presente realidade.

Segundo, porque à excepção da CDU, não vi igual empenhamento partidário quando o Concelho se debateu com uma particular falta de médicos nos Centros de Saúde. Será que a justiça é mais importante do que a saúde oi, neste caso em particular, outros interesses se levantam em relação ao Tribunal de Almeirim, principalmente quando todos nós sabemos que tanto o PS como o PSD a nível nacional se estão a entender relativamente ao novo mapa judicial.

Terceira, porque estudo este assunto agendado, à pelo menos duas semanas, só no inicio da sessão é que me foram distribuídas as Moções não me dando tempo sequer para as ler, quanto mais para as avaliar.-----

JOSÉ ALFAIATE (Grupo da CDU)»» Quería fazer uma sugestão ao Senhor Presidente da Assembleia, caso ache adaptável.

É que se introduzisse um pequeno debate entre todos os elementos desta Assembleia, antes de colocar as moções a votação. Penso que cada um exprimiria as suas opiniões, e quando fosse da votação das moções, estaríamos todos certamente informados.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» . Cada grupo apresenta a sua Moção, discute-se ou não, é uma vontade dos Deputados Municipais. Não posso é obrigar os deputados a falar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

MOÇÃO

JOSÉ ALFAIATE (Grupo da CDU) »» A realidade desta problemática, no nosso Concelho, é que segundo os dados que foi possível recolher no Tribunal de Almeirim, existem demasiados processos para um só juiz. Por outro lado, a realidade mostra que este tribunal começou a funcionar à cinco anos, com uma promessa que seria uma situação provisória, passaria rapidamente para novas instalações, com um quadro de pessoal diferente, e portanto é nesta expectativa que temos vivido nos últimos cinco anos. As instalações novas não passaram de promessa, provavelmente as instalações actuais também não permitiram melhor quadro de pessoal e o tribunal e a justiça do nosso concelho sofre atrasos importantes em termos de decisão. É nesse sentido que vai a nossa moção que diz assim: O Tribunal de Almeirim funciona há cinco anos em condições precárias e provisórias, num edifício adaptado com condições de funcionalidade desadaptadas das necessárias. Os vários governos do país desde dois mil e um, tem adiado a construção do novo edifício, não obstante existir um terreno reservado para a construção do mesmo.

Neste momento existe um único juízo que é manifestamente insuficiente para o número de processos a aguardar julgamento e decisão.

Esta falta de condições materiais e humanas em muito contribuem para um funcionamento deficiente com atrasos nas decisões o que prejudica a imagem da instituição e os utentes que a ela recorrem.

Perante esta situação, a Assembleia Municipal de Almeirim, reunida em vinte e nove de Setembro de dois mil e seis por proposta da CDU, aprova uma recomendação ao Governo para que considere uma melhoria no funcionamento do tribunal, através do aumento do quadro de juizes e na inclusão da obra do novo tribunal no Orçamento de Estado para dois mil e sete.

Almeirim, vinte e nove de Setembro de dois mil e seis, o Grupo da CDU.-----

 PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Sobre esta Moção do grupo da CDU, algum deputado quer intervir? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

VEIGA DIAS (Grupo do PS)»» Sobre a Moção do grupo da CDU, queria apenas dizer que ela peca por ser curta, falta-lhe uma série de questões que deviam ser focadas, e não são. Manifesta algum conhecimento da realidade, mas não todo. Daí o meu voto contra esta Moção.-----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD)»» Relativamente a esta Moção, ela foca uma coisa que para nós é certamente a primeira causa do problema, tal como a nossa focava, que é a existência de um único juiz, mas também o facto de ser um tribunal de entrada em que chega a haver dois ou três juízes por ano, o que acontece é que por vezes, o mesmo processo é revisto, cada vez que entra um juiz novo. Há processos em que já aconteceram estas situações. Como devem compreender a moção que tinha sido escrita pelo PSD contou com a opinião do Desembargador, e com apoio de pessoas que são advogados na Comarca de Almeirim, como não podia deixar de ser.

Os problemas que acontecem têm como uma das principais causas o facto de haver um único juízo e ser um tribunal de entrada.

Não sei se é possível colocar uma questão ao Senhor Presidente da Assembleia. Que o presidente da Ordem dos Advogados pudesse intervir. Não sei se será possível.

Seria uma mais valia.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Não está previsto no Regimento da Assembleia. -----

*** Votação da Moção da CDU, sobre o Tribunal de Almeirim - Rejeitada com treze votos contra do grupo do PS, nove votos a favor; três do grupo do PPD/PSD e seis do grupo da CDU e duas abstenções, um do grupo do CDS-PP e um do grupo do PS. (Moção apresentada pelo grupo da CDU).-----**

DECLARAÇÃO DE VOTO

JOSÉ ALFAIATE (Grupo da CDU) »» Hoje ficámos a saber, que ainda não é com este Governo que vamos ter um novo edifício do tribunal de Almeirim, nem o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

aumento de juizes neste Tribunal.-----

MOÇÃO

VEIGA DIAS (Grupo do PS) »» A justiça no serviço dos cidadãos.

A chamada crise da justiça tornou-se evidente aos olhos dos cidadãos e os seus problemas da justiça são, diariamente abordados pela imprensa, mas acima de tudo a sua influência directa na vida dos cidadãos nomeadamente o tempo de espera para que a “justiça seja efectiva”.

Temos consciência que a Justiça é um sector social e não apenas politico. O acesso à justiça é um direito primário de Cidadania; e é uma alavanca social do desenvolvimento económico: Tribunais com instalações adequadas, meios humanos suficientes, céleres e eficazes, investigação criminal rigorosa e com recursos, conservatórias apetrechadas, prisões que recuperem, são factores do progresso de qualquer país.

O Governo diagnosticou todas estas ineficiências e atrasos e os problemas para a Administração da Justiça; nomeadamente a falta de condições para o incumprimento do dever constitucional de ser assegurado o Acesso ao Direito e à Justiça de todos os Cidadãos, independentemente das suas condições económicas e financeiras. Estamos plenamente de acordo com o objectivo do Governo de garantir a efectividade dos direitos e deveres e tornar o sistema de justiça um factor de desenvolvimento económico e social.

Nos termos da Constituição da Republica Portuguesa a justiça é administrada pelos Tribunais em nome do Povo Português, sendo reconhecido aos cidadãos o direito a tomar parte em todos os assuntos da vida pública como manifestação de um verdadeiro dever cívico.

A administração da justiça é, no quadro do Estado de Direito Democrático, um serviço público vocacionado para a defesa dos direitos e garantias individuais, que deve ser prestado com a adequada qualidade aos cidadãos que a ele recorrem por instituições que, inseridas num sistema integrado de resolução de conflitos, garantam uma solidariedade social efectiva.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

As associações jurídicas e de profissionais forenses estão cientes de que o direito dos cidadãos e uma boa administração da Justiça se sobrepõe a equívocos, interesses pessoais ou corporativos dos seus associados e por isso conscientes de prosseguir o urgente interesse nacional numa melhor Justiça, mais participada, responsável e solidária, num ideal comum cujos princípios devem ser prosseguidos, aplicados e desenvolvidos por todos os indivíduos e entidades envolvidas na tarefa de administrar a Justiça.

Todos os cidadãos têm direito a que as infra-estruturas afectas aos Tribunais e aos serviços de Administração da Justiça sejam dignas e funcionais no que respeita à higiene; à localização e à logística, ao mobiliário, ao numero de salas e às acessibilidades, inclusive para pessoas portadoras de deficiência.

Todos os cidadãos têm direito à decisão em tempo útil das questões que submetem à apreciação dos Tribunais, de acordo com os princípios e direitos consagrados na Constituição da Republica Português e nas cartas Internacionais.

Todos os cidadãos têm direito a usufruir de uma Justiça de qualidade no que concerne às decisões proferidas; à preparação dos diversos agentes que a possibilite e à correcção dos respectivos procedimentos.

Para alcançar esse objectivo, é necessário qualificar a resposta judicial, promover a eliminação da burocracia e de actos inúteis, assegurar a eficácia no combate ao crime e na Justiça Penal, responsabilizar o Estado e os demais entes públicos, progredir na desjudicialização e resolução alternativa de litígios, reforçar e impulsionar a abertura do sistema à inovação tecnológica.

O Tribunal da nossa Comarca insere-se nesta problemática é por isso que a Assembleia Municipal de Almeirim, na sua sessão de vinte e nove de Setembro, e de acordo com as suas competências e no âmbito da defesa do interesse dos cidadãos de Almeirim deliberou o seguinte:

Exigir do Governo que crie as condições mínimas e indispensáveis (recursos humanos, técnicos e instalações) ao bom funcionamento da Justiça no Tribunal da Comarca de Almeirim, decorrente dos compromissos assumidos com os órgãos Autárquicos do nosso Concelho.

Reconhecer o trabalho levado a cabo por todos os operadores judiciais, (Magistrados, Advogados e Funcionários Judiciais) incluindo-se os funcionários



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

judiciais que com tão precárias condições de trabalho e com escassez de meios que dispõem quer ao nível no quadro de pessoal quer das próprias condições de trabalho, tem dado o seu melhor para dignificar as suas funções tarefas so serviço dos cidadãos.

Exigir do Governo o reconhecimento e contributos positivos para a administração da Justiça na nossa Região com a criação e funcionamento do Tribunal da Comarca de Almeirim, e recomendando ao Presidente da Câmara Municipal para envidar todos os esforços para que os compromissos então assumidos pelo Governo sejam devidamente cumpridos.

Almeirim, vinte e nove de Setembro, O grupo do Partido Socialista. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Sobre esta Moção, algum deputado quer intervir? -----

JOSÉ ALFAIATE (Grupo da CDU)»» Lamentavelmente está a colocar a questão principal, que é o Tribunal de Almeirim, com elogios ao Governo. Embora politicamente todos os grupos têm o direito de votar a favor ou contra. Diz aqui a determinada altura: “O Governo diagnosticou todas estas insuficiências, atrasos e os problemas para a Administração da Justiça, nomeadamente a falta de condições para o cumprimento do dever constitucional, de ser assegurado o acesso ao Direito e à Justiça de todos os cidadãos, independentemente das más condições económicas e financeiras. Estamos plenamente de acordo com o objectivo do Governo de garantir a efectividade dos direitos e deveres e tornar o sistema de justiça, um factor de desenvolvimento económico e social.”

Eu não estou aqui para dar um elogio desta natureza ao Governo, Independentemente de considerar que a questão do tribunal da nossa terra, é extremamente importante.

Provavelmente, não escrevo tudo o que o subscritor que foi o Dr. Sousa dias, que agora assina um outro nome, é que o Governo se prepara para acabar com o Tribuna de Almeirim.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» O Senhor Engenheiro José Alfaiate, não se importa que nós apoiemos o Governo? -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» – Relativamente a esta Moção , eu acho que as exigências, acabam por ser extremamente vagas, extremamente latas, o que é uma pena. Não especificando aquilo que é em nosso entender mais urgente, que é a falta de mais um juiz, que acho que deveria ter sido aqui especificado devidamente.

Noto apenas que esta moção refere aqui, que é da Assembleia Municipal de Almeirim, e não uma moção do PS. Provavelmente já devia haver alguma expectativa, dado este assunto ser supra partidário de haver algum entendimento, mas no entanto, e depois daquela tema, “digamos assim”, do período antes da Ordem do Dia, em que não se sabe reconhecer os erros, e dar a mão à palmatória, quando é tão fácil pedir desculpa, o que vai acontecer aqui, é que não vamos votar a favor uma mesma moção, e quem fica a perder é Almeirim, o Tribunal e a justiça de Almeirim.-----

VEIGA DIAS (Grupo do PS) »» Relativamente a esta moção, e para elucidar a Assembleia, sobre o efectivo estado do Tribunal de Almeirim, e para quem gosta de números; os números são:

Na secção central – processos de injunção para um funcionário que tem cento e dois processos, para além de ter de dar entrada de todos os processos e requerimentos que dêem entrada no tribunal.

Na secção de processos – são cinco mil, quinhentos e dez, para cinco funcionários, que terão de desenvolver todas as diligências processuais, que são obrigados, para cumprir despachos, notificações e tudo mais.

Secção de serviço externo – quinhentos processos para dois funcionários. Esta secção tem a ver com penhoras, serviço externo fora do tribunal, notificações, arrestos.

Serviço do Ministério Público – Processos de inquérito pendentes, mil cento e trinta e um para dois funcionários. Com certeza muitos processos prescreverão, e muita gente culpada será absolvida de tudo isto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Posto isto, penso que é importante nesta altura do campeonato, a Assembleia votar uma moção que permita a quem de direito analisar toda esta problemática.

O Tribunal de Almeirim mexe com a própria economia da cidade, concelho de Alpiarça e também com a própria sociedade, portanto vou votar a favor desta moção. -----

*** Votação da moção do Tribunal apresentada pelo grupo do PS.** - A moção foi aprovada por maioria com catorze votos a favor, quatro votos contra do grupo da CDU e seis abstenções, uma do CDS/PP, três do PPD/PSD e duas da CDU. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO

PRESIDENTE DA JUNTA DE BENFICA»» Eu creio que o nosso colega deputado do PSD, já chamou a atenção de algumas questões, pois o Tribunal de Almeirim, mexe com muitas coisas, como toda a gente aqui disse e bem.

É um assunto sério demais para estarmos aqui desta forma, a votar politicamente e não por interesse de Almeirim.

Isto porquê?

Porque a moção do partido socialista acabou por dizer que votava contra a moção da CDU, porque tinha pouca coisa.

Eu digo que a moção do PS, teve muita parra e pouca uva, como se diz em Almeirim. Esta é que foi a realidade. Muita conversa para nada dizer.-----

INÊS ROSA CRUZ (Grupo da CDU)»» Subscrevo o que o meu colega de bancada disse, sobre o seu voto contra. Como cidadã deste país e deste concelho, coloquei os interesses partidários abaixo dos interesses de Almeirim, por essa razão me abstive.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Começo por dizer que o Regimento desta Assembleia é muito violento, porque me obriga a estar cerca de uma hora a ouvir, ler e votar moções, que quando vos queria dizer que segunda-feira vou ter uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

reunião com o Secretário de Estado da Justiça. Não consegui dizer isto. Esta situação é bem capaz de ser o defeito dos nossos tribunais. Fala-se muito e conclui-se pouco, por isso é que há aquela resma de processos, junto de cada funcionário do Tribunal.

Eu acho que há duas ideias base, que no fundo passa pelo espírito de todos os grupos que aqui estão. Precisamos não deixar ir embora o Tribunal.

Precisamos que melhorem os serviços de justiça em Almeirim.

São duas linhas em que houvesse uma moção que escrevesse isto, tudo aquilo que nós queremos, e no entanto estivemos aqui uma hora

O que eu vou levar comigo para a reunião com o Senhor Secretário da Justiça é o Secretário do Tribunal. É a pessoa que melhor está documentada para dar a conhecer ao Senhor Secretário da Justiça os problemas que tem o Tribunal. O número de processos, a insuficiência de pessoal, etc.

Gostava de referir aqui, que a Assembleia com clareza manifestou aqui algum apreço pelo trabalho dos funcionários do tribunal. Porque não é aqueles que lá estão a trabalhar a quem se devem os atrasos. É tudo aquilo que está à disposição deles. Para já são poucos. Os meios provavelmente escasseiam, as instalações não são talvez as mais apropriadas. Há um conjunto de circunstâncias, que obriga a que os funcionários não consigam ter o rendimento que é desejável ter. O que eu vou dizer na segunda-feira, ao Secretário de Estado:

Vou falar do segundo juízo.

Vou falar da insuficiência do pessoal.

Vou falar das instalações, vou falar disto tudo.

Agora, provavelmente, trago não de resposta.

Mas provavelmente se levar estas moções que aqui estão, o Senhor Secretário da Justiça, não vai ter tempo para os ler. São de um tamanho que ele nem as lê. Estarmos a enviar isto para o Ministério da Justiça, etc, não vai ser lido por ninguém.

Eu penso que o meu trabalho vai ter que ser ir falando com os responsáveis, e tirar o mais que puder.

Em relação ao tribunal de Almeirim, é não deixar sair o Tribunal e melhorar os serviços de justiça. Agora o que for conseguido fazer, para que estes dois



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

objectivos se consigam, eu vou tentar discuti-los na segunda-feira. Provavelmente como digo, não trago nada, vem aí a reforma..., mas talvez consiga trazer alguma coisa.

Já agora aproveito neste ponto, eu tinha aqui um escrito, que não vou distribuir, que era a optimização dos serviços e a desactivação de serviços pendentes da Administração Central. Temos um outro serviço que falhou, o da Direcção Regional da Agricultura em Almeirim.

Eu hoje tive uma reunião com o Senhor Director Regional da Agricultura, precisamente para lhe fazer sentir que dada a natureza do nosso Concelho, não gostava de ver fechar os serviços de agricultura em Almeirim.

E os argumentos são: tentar melhorar o rendimento dos serviços de Santarém, através de novas tecnologias das centrais de atendimento. Não se justifica os serviços de Almeirim e noutros concelhos de distrito. Eles vão reduzir drasticamente com funcionários que muitas vezes não têm trabalho que justifique a presença deles, nos vários concelhos. Como se sabe o Ministro da Agricultura, como todos os outros, querem reduzir pessoal.

O mais que eu tentei pedir, foi, faça isso, mas não faça drasticamente, crie um período transitório pelo menos para que os agricultores se adaptem à ideia e às novas condições com que se vão deparar. Confesso que não fiquei muito convencido que vou ter êxito, porque há objectivos muito bem definidos e bem traçados, para a reforma dos serviços de agricultura.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Eu deixei intervir o Senhor Presidente da Câmara em matéria que não dizia respeito, para mostrar a independência da Assembleia Municipal em relação à Câmara Municipal.

Ficou claro neste ponto.

Sabendo eu que o Senhor Presidente da Câmara iria segunda-feira a Lisboa, ela manipulava a Assembleia e não deixava os deputados exprimirem politicamente, que são essas as funções da Assembleia Municipal. Exprimem a vontade política de quem representam.

De acordo com o regimento, e porque estamos aqui desde as dezoito e trinta da tarde, vou pedir a prorrogação da sessão por mais sessenta minutos, e ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

mesmo tempo, propor um intervalo de dez minutos se todos concordarem. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Vamos fazer um intervalo de dez minutos.
Peço aos representantes dos vários grupos para não se atrasarem-----

Após um intervalo de dez minutos, retomaram-se os trabalhos às vinte e três horas e cinquenta minutos. -----

Ponto TRES : Análise, avaliação da actual situação da “Revisão do Plano Director Municipal de Almeirim” nos termos da q) do numero um do artigo cinquenta e três da Lei numero cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro republicada em anexo à Lei numero cinco, traço A barra dois mil e dois de onze de Janeiro conjugado com a p) do numero um artigo quarto do Regimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Este assunto foi proposto pelo grupo da CDU nos termos do nosso Regimento. -----

JOSÉ ALFAIATE (Grupo da CDU)»» Antes de começar o debate sobre este assunto, gostava que o Senhor Presidente fizesse o obséquio de me fornecer estes elementos, que eu solicitei aqui, com base no artigo seis, alínea I, que dizia assim: “Para que o tema seja abordado, dentro dos vários aspectos, considero que é fundamental existir uma informação pormenorizada da situação do estudo com a cronologia e evolução do mesmo, e ainda da cópia do contrato assinado, pelo gabinete que efectua o projecto. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Não temos esses elementos, e a culpa foi inteiramente minha. -----

JOSÉ ALFAIATE (Grupo da CDU) »» Já depois do agendamento deste ponto, verifiquei que no Almeirinese de um de Setembro deste ano, em data de dezoito de Agosto de dois mil e seis, tinha sido publicado um anúncio da Revisão do Plano



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Director Municipal. O texto deste anúncio, nomeadamente quando diz: "decidido iniciar o processo de revisão"... e depois as fases um, dois, três e quatro, deixaram-me algumas dúvidas sobre a situação em que está o Plano Director Municipal. Portanto aquilo que eu queria pedir ao Senhor Presidente, é se me poderia esclarecer sobre a razão deste tipo de publicidade no Almeirinese. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Pela intervenção que fez o senhor Deputado José Alfaiate, o que eu vejo, é que não estão nada interessados em saber, como é que está a actual situação do Plano Director Municipal.

Porque quando pedem o contrato da empresa que está a fazer isto, não contribui nada para a situação actual, e para não entrar outra vez naquelas questões que nós já conhecemos e que não vale a pena estar a referir.

O que eu queria dizer é o seguinte: já entreguei ao Senhor Presidente da Assembleia, para que através de uma comissão, que julgo já estar constituída, para a revisão do PDM, ou poderá vir a ser constituída, se efectuar algum trabalho que possa criar argumentos para a Assembleia poder intervir aquando da audição pública, como se sabe é o momento em que a partir de agora as nossas propostas puderem ser formuladas.

Isto a partir de agora, não direi bem, a partir de Março passado, foi na altura em que se entregaram uns elementos preparados pela empresa encarregada de os preparar à Comissão Mista de Coordenação, que entretanto foi constituída. Embora eu já tivesse pedido à largos meses, para que se efectuasse a primeira reunião da comissão mista de coordenação. Ela foi feita em Março, e essa publicação que o senhor deputado viu, não foi mais que um requisito que devia ter sido cumprido pela legislação em vigor e esta Comissão Mista de Coordenação, que entretanto começou a folhear os papeis, verificou que no nosso processo, não estava essa publicação.

O que o Arquitecto Sampaio, na incerteza de não ter cumprido, voltou a fazer a publicação

È evidente que com essa publicação completamos os requisitos que nos foram exigidos pela Comissão Mista de Coordenação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Em relação ao prazo, devo dizer que ontem estive numa reunião em Constância, da Comissão Mista de Coordenação do PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território, e trabalhos esses que foram encerrados pelo Secretário de Estado do Ordenamento do Território. E ele na sua intervenção foi claro.

Está-se neste momento a fazer-se o Plano Nacional de Ordenamento do Território e os Planos Regionais, e com certeza depois destes planos, que tem carácter Nacional e regional, os locais, nomeadamente as revisões do PDM, Os Planos de Urbanização, Os Planos de Pormenor, serão aprovados de uma forma mais célere, porque entretanto tem os Planos Nacionais e Regionais, que estão por cima deles e que estabelecem requisitos fundamentais a cumprir pelos PDM's.

Até à aprovação destes dois planos, não vejo muito francamente conveniência em aprovar o PDM. Iremos com certeza ter lacunas. Agora o que devemos é trabalhar internamente, e com a Comissão Mista de Coordenação, que está nomeada para acompanhar o nosso PDM, que como disse o senhor Presidente da Assembleia, são vinte e sete elementos. Faltam quatro, que entretanto já indiquei e que não foram convocados por deficiência da entidade que os convocou.

Eu indiquei os quatro Presidentes de Junta. Cada um conhece a realidade local, as reivindicações que a população tem feito, e portanto acho perfeitamente natural que façam parte desta Comissão Mista.

Eu creio que estão em revisão quase todos os PDM's do país, não é apenas o caso de Almeirim. -----

JOSÉ ALFAIATE (Grupo da CDU) »» O senhor Presidente da Câmara não ouviu tudo o que eu disse:

O que eu disse foi: - “Que tinha requerido”

Considero que até é fundamental existir uma informação pormenorizada da situação do estudo, com a cronologia da evolução do mesmo e ainda da cópia do contrato.

A cópia do contrato, permitiria avaliar todas as situações dos prazos concedidos, e que estão certamente ultrapassados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

A cronologia da situação e do estudo, permitiria avaliar, noutra âmbito a execução da revisão do PDM.

De qualquer modo, mesmo sem o contrato, o que nós sabemos é que isto foi adjudicado há seis anos, pelo que está aqui neste anúncio, o que é lamentável, que a empresa que foi contratada para proceder à revisão do PDM, não tenha fornecido elementos suficientes, para que o PDM estivesse em condições de aprovar. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA»» Felizmente que não está, senhor deputado José Alfaiate, porque senão no próximo ano teríamos que rever outra vez todo o PDM. Isto por causa dos dois planos que estão em elaboração. -----

JOSÉ ALFAIATE (Grupo da CDU)»» Então não devia ter sido adjudicado e pago vinte por cento da adjudicação ao gabinete que está a fazer o projecto. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Foi decidido Há três meses pelo Governo, lançar o PROT, e PNOT.-----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente à revisão do PDM, devo acrescentar que já à muito tempo que a bancada do PSD tem andado a procura de elementos sobre isto. Aliás, ainda recordo o despacho quinze mil oitocentos e vinte oito de dois mil e três do Secretário de Estado do Ordenamento do Território, publicado no Diário da Republica cento e oitenta e sete, segunda série de catorze de Agosto de dois mil e três, em que na altura ouve aqui a eleição de um representante, que no despacho do secretário de Estado, refere que é um membro da Câmara Municipal. Nós aqui elegemos um, no âmbito da Assembleia.

Esta comissão ao nível jurídico, já estaria constituída desde de Agosto de dois mil e três.

Gostava de requerer uma cópia da acta da reunião de Março.

Gostava de referir, relativamente ao aviso que vi publicado da Câmara Municipal de Almeirim, da revisão do PDM, e que termina, dizendo: - “De acordo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

com o mesmo edital é de sessenta dias úteis a contar da publicação em Diário da Republica”.

Eu procurei atentamente, e garanto que não encontrei a sua publicação deste aviso no Diário da Republica. O que constitui uma lacuna, dado que este prazo assenta sobre a sua publicação, e portanto acho que isto está a ir um bocadinho torto. -----

Ponto **QUATRO: Apreciação do pedido para contratar novo empréstimo bancário** no corrente ano no valor de cento e cinquenta e um mil oitocentos e vinte e três euros ao abrigo do rateio realizado pela DGAL.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA»» Este pedido vem na sequência do ofício da DGAL. Que como se sabe faz todos os anos um rateio e um segundo acerto desse rateio

Nós utilizamos o primeiro, eu proponho que a Assembleia utilize o segundo, que são de cento e cinquenta e um mil oitocentos e vinte e três euros, com a proposta de vir a ser utilizado em duas obras:

A construção da escola pré primária em Benfica do Ribatejo

Contribuição no troço da circular urbana de Almeirim.-----

* **Votação do ponto numero quatro da ordem de trabalhos – Aprovado** por maioria com um voto contra do grupo do CDS-PP.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP) »» Votei contra porque o que está em causa não é a necessidade ou não da construção da escola pré-primária de Benfica do Ribatejo nem do troço da circular urbana de Almeirim, mas sim o facto de se ir contrair um empréstimo, que tem custos, para a realização das referidas obras. Em meu entender, uma gestão mais correcta dos dinheiros públicos evitaria, seguramente, a contratação de empréstimos para obras básicas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Desculpe senhora deputada, mas eu não afirmei que prestávamos serviços à borla.-----

DECLARAÇÃO DE VOTO

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Gostava de dizer em nome do grupo, que o PPD/PSD concorda com estes dois projectos, e por isso votou favoravelmente.-----

Ponto **CINCO: Apreciação da proposta para aprovação definitiva do Regulamento para Concessão de Bolsas de Estudo** depois de decorrido o período de apreciação pública sem que tivessem surgido propostas de alteração.---

PRESIDENTE DA CÂMARA»» É uma proposta para aprovação final do regulamento de Bolsas de Estudo, que foi publicado no Diário da Republica. -----

* **Votação do ponto número cinco da Ordem de Trabalhos** – aprovado por unanimidade. -----

Ponto **SEIS: Apreciação do pedido formulado pela EP – Estradas de Portugal, para atribuição de uma Declaração de Interesse Público** ao Projecto de Reabilitação e Reforço Estrutural da Ponte Metálica da Raposa, -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Este ponto e o número dez da ordem de trabalhos, são pedidos formulados pela s empresas que vão fazer intervenções nesses locais, e talvez para ultrapassarem alguns aspectos burocráticos, necessitem que a Assembleia considere essas obras de Interesse Público.-----

* **Votação do ponto número seis da ordem de trabalhos** – Aprovado por unanimidade. -----

Ponto **SETE: Apreciação da Proposta de Minuta de Protocolo Financeiro e de Cooperação entre a Câmara de Almeirim, Banco Espírito Santo, Sociedade de Garantia Mútua, NERSANT e o IAPMEI** – chamado Valtejo Finicia – tendente a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

estimular o investimento no Concelho de Almeirim. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Isto é uma proposta de minuta de um protocolo a celebrar entre estas entidades.

Não é mais do que criar aqui, um sistema de apoio às pequenas empresas, em substituição de um outro que já está em vigor, chamado de FAIME.

Se a Assembleia entender aprovar, nós podemos assinar este protocolo. ----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Nós estamos sempre dispostos a apoiar as medidas que visam promover e beneficiar aspectos de ordem financeira, o Município e as empresas que lhe conferem dinâmica económica.-----

Votação do ponto número sete da ordem de trabalhos – Aprovada por maioria com três abstenções uma do grupo do CDS-PP e duas do Grupo da CDU. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO

JOSÉ ALFAIATE (Grupo da CDU) »» A razão da minha abstenção tem exclusivamente a ver com os campos em branco que vai permitir a alguma entidade vir a decidir futuramente quais os valores que cobra.-----

Ponto OITO: Apreciação, discussão e votação da proposta de aprovação final à alteração do “regulamento de edificação e construção do concelho” entretanto publicado no Diário da República de dezoito de Maio e que durante trinta dias de apreciação pública não recebeu qualquer proposta de alteração.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Este é um caso como o anterior. É um a proposta de aprovação do “Regulamento de Edificação e Construção do Concelho”.-----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD)»» Relativamente a esta proposta, gostava desde já de chamar à atenção para uma pequena incorrecção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Onde diz que é a alteração da redacção do artigo oitenta; não é artigo oitenta, mas sim artigo oitenta e um.

Também ficamos com algumas dúvidas, e gostávamos de saber um pouco melhor, o que é o K, e como é que se encontra o valor.

Apesar destes pontos levantados, nós vamos votar favoravelmente este regulamento, porque achamos que se mostra necessário definir critérios objectivos e coerentes.

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP) »» Na última sessão da Assembleia Municipal foi apresentada pela Câmara uma proposta de esclarecimento de dois artigos do PUA. Este Plano foi ratificado pela resolução do Conselho de Ministros número sete barra dois mil e um, excluindo-se da ratificação o artigo número cinco onde a Câmara se atribuía a resolução de dúvidas que se suscitassem na interpretação do Plano, bem como na interpretação de lacunas. Ora o que a Câmara propôs à Assembleia Municipal na Altura foi exactamente uma interpretação na resolução do Conselho de Ministros. Na altura votei contra não por estar completamente esclarecida mas porque a situação me pareceu pouco clara. Por esta mesma razão voto agora contra esta alteração ao Regulamento de Edificação e Construção no Concelho.-----

*** Votação do Ponto número oito da Ordem de Trabalhos.** – Aprovado por maioria com uma abstenção da CDU e um voto contra do CDS-PP-----
Ponto NOVE: Discussão análise e eventual tomada de posição sobre a “ Proposta de Lei de Finanças Locais, documentos da Associação de Municípios Portugueses, nos termos da alínea o) numero um do artigo cinquenta e três da Lei numero cento e sessenta e nove, barra noventa e nove de dezoito de Setembro republicada em anexo à Lei numero cinco, traço A barra dois mil e dois de onze de Janeiro conjugado com a n) do numero um artigo quarto do Regimento, após cumprimento do estipulado no numero três do artigo vigésimo quinto do Regimento, conjugado com o artigo oitenta e três da Lei numero cento e sessenta e nove, barra noventa e nove de dezoito de Setembro republicada em anexo à Lei numero cinco traço A barra dois mil



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

e dois de onze de Janeiro.-----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» A bancada do PSD votou contra a inclusão do ponto, por achar a inclusão deste tardia e por acharmos que merecia uma análise mais cuidada, embora por curiosidade minha, já tinha estudado alguma coisa, e já li um pouco por alto a Lei das Finanças Locais.

Acho que globalmente é positiva por impor algum controle às despesas, por incluir uma série de rubricas como sendo dívidas, por ter a novidade de que os custos de financiamento e os custos, por exemplo no caso de Almeirim, da empresa ALDESC, vão passar a estar aqui incorporadas, como aliás faz sentido.

A nível patrimonial, tudo terá de ser incorporado.

Também vem incompatibilizar que membros do executivo sejam do conselho de administração das empresas municipais. O que para nós faz todo o sentido.

Entendemos uma empresa municipal, como tendo gestores profissionais, que percebem da área, e que cujo seu objectivo, é ter uma gestão eficiente.

Se é para ter os membros do executivo na gestão das empresas municipais, então sinceramente não vemos qualquer fundamento ou qualquer razão para a existência das empresas, muito menos quando elas se limitam a fazer competências que são da Câmara Municipal.

Globalmente do que vi e li, parece-me que a proposta de Lei é positiva. -----

JOSÉ ALFAIATE (Grupo da CDU) »» Eu votei contra a inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos, porque é um ponto suficientemente importante para a vida da nossa terra e do nosso país

Apesar dos documentos me terem sido distribuídos, eu como não tinha urgência em os ler, não o fiz e não os trouxe comigo.

Votei contra, porque não estou em condições de tomar posição sobre os mesmos. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Não foi tomada qualquer posição por parte desta Assembleia sobre o ponto número nove da Ordem de Trabalhos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Passamos ao ponto seguinte, e último. -----

Ponto **DEZ: Apreciação do pedido de declaração de interesse municipal formulado pela empresa NOVOPCA – Construtores Associados SA na sequência da adjudicação da empreitada de “ Reabilitação e Reforço da Ponte D.Luis I “**, após cumprimento do estipulado no numero três do artigo vigésimo quinto do Regimento, conjugado com o artigo oitenta e três da Lei numero cento e sessenta e nove, barra noventa e nove de dezoito de Setembro republicada em anexo à Lei numero cinco, traço A barra dois mil e dois de onze de Janeiro. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA»» Este ponto é em tudo igual ao ponto número seis da ordem de trabalhos. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Eu como já vou adivinhando as coisas; estes documentos como eram poucos, e tive alguma curiosidade, acabei por passar os olhos por eles, e portanto estamos em condição de votar favoravelmente este ponto, no entanto votamos contra a sua inclusão na Ordem de Trabalhos, pelo mesmo motivo, relativo ao ponto número nove.

Achamos que as coisas devem ser feitas atempadamente, e não em cima da hora. -----

*** Votação do ponto número dez da Ordem de Trabalhos – Aprovado por unanimidade.** -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Antes de terminar esta Assembleia queria referir que os trabalhos se iniciaram por volta de dezoito horas.

Foi uma maratona para a qual eu assumo toda a responsabilidade, incluindo sobre a forma como possa ter corrido menos bem a Sessão.

O novo funcionário da Assembleia, é a primeira vez que faz este trabalho, sem qualquer treino, como é costume. Fez o melhor que pode, e fará com certeza no futuro muito melhor.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM

Ouve um grande esforço por parte do funcionário para distribuir todos estes documentos. É um esforço que todos devemos realçar. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» – Não há ninguém do público inscrito nos termos do Edital que foi publicado. Como tal a nossa Assembleia vai terminar.

Quero desejar a todos vocês e às vossas famílias, um bom fim-de-semana prolongado para descanso desta longa maratona.

Terminada a ordem de Trabalhos e não havendo inscrições para o período destinado ao público, deu-se por encerrada a sessão, sendo zero horas e cinquenta e minutos do dia vinte e nove de Setembro de dois mil e seis, lavrando-se para constar a presente acta, que, depois de distribuída, lida e aprovada pela assembleia vai ser assinada pelos membros da mesa.

E eu, Carlos Manuel Russo Mota, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia, a subscrevi e mandei lavrar, a qual vou assinar com o Presidente da Assembleia e o Segundo Secretário.

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro – Secretário,

O Segundo – Secretário,
